



## APENDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

Inciso I, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 1.1. Em consonância com a Instrução Normativa SEGES nº 58 de 08 de agosto de 2022, o objetivo do presente Estudo Técnico Preliminar é atender a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho para o Conselho Regional de Química – IV Região, a fim de elaborar, atualizar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; elaborar Laudo técnico de insalubridade e periculosidade- LTIP; elaborar e acompanhar o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR; elaborar e atualizar o Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT; elaborar o PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário; elaborar, atualizar e prestar assistência técnica ao desenvolvimento da Análise Ergonômica do Trabalho - AET; prestar Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho; realizar a Gestão de SST - Saúde e Segurança do Trabalho para o eSocial, dentre outras atividades descritas no presente estudo.
- 1.2. A contratação de pessoa jurídica para os serviços supramencionados tem por objetivo atender à legislação vigente e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de forma que a Administração possa exercer suas atividades e contribuir para o bem-estar dos empregados. Neste sentido, a empresa contratada deverá elaborar programas e estabelecer diretrizes à implementação de ações para a promoção de saúde ocupacional, prevenção de riscos e doenças ocupacionais e prevenção de acidentes de trabalho.
- 1.3. Além de ser uma obrigação legal, os serviços resultantes de engenharia de segurança e medicina do trabalho auxiliam na elaboração e fundamentação de diagnósticos que visem à promoção da qualidade de vida dos colaboradores da Autarquia, inclusive para justificar eventuais contratações a partir destes serviços, por exemplo, adequação de mobiliário, luminárias, instalação de equipamentos que contribuam para o bem-estar individual e coletivo dos colaboradores, uma vez que os serviços são prestados por profissionais especializados, com competência técnica para fornecer laudos, estabelecer prioridades e auxiliar o órgão na tomada de decisões.
- 1.4. No que concerne à homologação de atestados, trata-se procedimento médico-pericial, amparado pelo art.6º, §2º, da Lei Federal n. 605 de 05/01/1949, e pelo Parecer do Conselho Federal de Medicina n.10/12. A Lei supracitada estabelece a preferência ao médico da empresa ou por ela designado para fins de comprovação de doença, enquanto o parecer do CFM estabelece que “o médico do trabalho pode discordar dos termos de atestado médico emitido por outro médico, desde que justifique esta discordância, após o devido exame médico do trabalhador, assumindo a responsabilidade pelas consequências do seu ato. O objetivo desta contratação é ter um instrumento de prevenção e controle de faltas ao trabalho por motivo de doenças. A partir deste serviço a gestão do CRQ-IV/SP terá subsídios para elaboração de estatísticas epidemiológicas dos motivos de doenças e para a implementação de estratégias de prevenção e promoção da saúde de seus colaboradores.
- 1.5. A presente contratação garantirá ao CRQ-IV/SP a continuidade dos serviços de engenharia de segurança e medicina do trabalho. Uma nova licitação será realizada, visto que o Pregão Eletrônico anterior foi considerado fracassado.
- 1.6. Área Requisitante: Gerência Estratégica de Pessoas – GEP



## **2. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade**

Inciso II, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

### **2.1. Natureza da Contratação**

- 2.1.1. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum, de que trata o Art. 6º - Inc. XIII da Lei 14.133/21, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado e características comuns pré-estabelecidas.
- 2.1.2. Para esta contratação cabe adoção da modalidade pregão, em sua forma eletrônica, mediante o acima exposto e conforme artigo 29 da Lei 14.133/21, pelo critério de julgamento de menor preço.
- 2.1.3. Em razão do objeto a ser contratado e dado a sua essencialidade, justifica-se a contratação do serviço de forma ininterrupta, garantindo a continuidade dos serviços e a necessidade de atendimento à legislação específica. Assim, a contratação em tela poderá estender-se por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção poderá comprometer o funcionamento das atividades finalísticas do órgão.
- 2.1.4. A prestação dos referidos serviços, considerados contínuos, não gera em nenhuma hipótese vínculo empregatício entre os empregados da contratada e o CRQ-IV/SP, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **2.2. Duração Inicial do Contrato**

- 2.2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja interesse formal da autoridade competente e observados os requisitos do art. 107 da Lei 14.133 de 01/04/2021, mediante assinatura do Termo Aditivo.
- 2.2.2. Destarte que o prazo de vigência tem por objetivo tornar esta contratação mais atrativa, uma vez que estaria inserida na lógica de mercado da duração de contratos para este tipo de serviço. Além disso, a fixação de maior prazo de vigência visa atender aos princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público e, ainda, contribui para mitigar os riscos de uma eventual necessidade de nova contratação.

### **2.3. Local da Prestação de Serviços**

- a) Sede da Contratada;
- b) Eventualmente na Sede do Contratante situada na: Rua Oscar Freire, 2039 – Pinheiros – São Paulo/SP; e
- c) Nas cidades de: Araçatuba, Bauru, Campinas, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São Jose dos Campos e Sorocaba.

### **2.4. Sustentabilidade**

- 2.4.1. A contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e adotar práticas de racionalização no uso de materiais e serviços, possuir e/ou implementar critérios de sustentabilidade voltados para a redução do consumo de energia, reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente, promover o descarte ambientalmente correto de insumos, reciclagem, uso eficiente dos recursos, otimização dos processos,



promoção da saúde e bem-estar dos beneficiários, ações de sustentabilidade, priorizar a logística processual e tratativas, preferencialmente, por meio eletrônico.

- 2.4.2. Como critério e prática de sustentabilidade, a empresa contratada deverá observar a proteção e segurança da saúde dos seus trabalhadores contratados e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT.

## **2.5. Transição Contratual**

- 2.5.1. A Transição Contratual é o processo de transmissão pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, ou a quem este designar, dos conhecimentos, competências e dados necessários para prover a continuidade dos serviços executados.
- 2.5.2. Haverá a necessidade de transição contratual para o objeto do presente estudo, com transferência de conhecimento, procedimentos e documentações correspondentes (laudos médicos, prontuários, relatórios e congêneres), incluindo o levantamento das situações e a elaboração de planos de continuidade dos serviços, em conformidade com a LGPD – Lei 13.709/2018.
- 2.5.3. A Transição Contratual terá início, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos antes do prazo previsto para o término da vigência do contrato.
- 2.5.4. O encerramento do período de Transição Contratual será registrado por escrito pelo CONTRATANTE.

## **2.6. Requisitos estipulados**

- 2.6.1. O levantamento de requisitos ocorreu por meio de leitura de Estudos Técnicos Preliminares/Termo de Referência /Editais de outros órgãos do Governo para soluções similares ou equivalentes, resultados de publicações do Conselho de Classe, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contratações similares e pesquisa com os fornecedores.

## **2.7. Qualificação Técnica**

- 2.7.1. A LICITANTE deverá apresentar 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, por meio de prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características ao desta contratação, para ao menos 100 funcionários, mediante a comprovação de experiência mínima de 02 (dois) anos na execução, podendo ser aceito o somatório de atestados emitidos por entidade da administração pública direta ou indireta, estadual, municipal, federal ou do Distrito Federal, ou de empresa privada, contendo as informações do período em que o serviço foi prestado, identificação, endereço e telefone, do emitente, visando a realização de possíveis diligências e manifestação quanto à satisfação e qualidade dos serviços prestados, conforme item 10.6 alínea “b” do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 2.7.2. O licitante vencedor deverá comprovar a existência, em seu corpo funcional ou prestadores de serviços, de no mínimo um Médico Especialista em Medicina do Trabalho, com registro no Conselho Regional de Medicina – CRM, e de um Engenheiro de Segurança do Trabalho, com registro profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou, ainda, Arquiteto e Urbanista com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, e registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU, sendo responsáveis por acompanhar a prestação dos serviços com os seguintes requisitos:



- 2.7.2.1. Engenheiro de segurança do trabalho – Engenheiro ou Arquiteto e Urbanista, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País, em nível de pós-graduação e anotação na carteira profissional, conforme disposto no art. 2º da Resolução do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Confea), nº 359 de 31 de julho de 1991 e art.1º da Resolução Confea nº 437 de 27 de novembro de 1999, e dos arts. 1º e 2º da Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR nº 162 de 24 de maio de 2018; além de certificado de registro e quitação em seu respectivo Conselho, ou documento que comprove estar em dia com suas obrigações frente ao respectivo órgão de fiscalização do exercício profissional.
- 2.7.2.2. Médico do trabalho - médico portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação, ou portador de certificado de residência médica em área de concentração em saúde do trabalhador ou denominação equivalente, reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica, do Ministério da Educação, ambos ministrados por universidade ou faculdade que mantenha curso de graduação em Medicina; comprovante de registro no CRM.
- 2.7.2.3. Deverão ser apresentados comprovantes de vínculo dos integrantes da equipe técnica com a empresa. Serão considerados como comprovantes: cópia de carteira assinada, contrato social da empresa atualizado onde o integrante conste como sócio ou qualquer outro documento que comprove o vínculo com a Contratada.
- 2.7.3. Alvará de Funcionamento do Município da Sede da Licitante. Comprovante de Registro no Conselho Regional de Medicina - referente às atividades de Medicina do Trabalho. Alvará de Funcionamento da Vigilância Sanitária vigente (Clínica), conforme previsto no art. 67 da Lei 14.133/2021.
- 2.7.4. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).
- 2.7.5. Comprovação dos estabelecimentos próprios ou credenciados de clínicas responsáveis pela realização de avaliações clínicas e exames complementares de acordo com as localidades descritas.

## **2.8. Requisitos Legais**

- 2.8.1. Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e suas regulamentações.
- 2.8.2. Instrução Normativa SEGES/MP n.º 58, de 08/08/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, para aquisição de bens e contratação de serviços e obra, no âmbito da administração pública federal direta, autarquia e funcional, e sobre o Sistema ETP digital.
- 2.8.3. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- 2.8.4. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- 2.8.5. Lei nº 2.761, de 26 de abril de 1956 – que apresenta nova redação ao § 2º do artigo 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso semanal remunerado.
- 2.8.6. Portaria MTE nº 3.214 de 1978 - Aprova as Normas Regulamentadoras - NR do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.



- 2.8.7. Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 - Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.
- 2.8.8. Portaria MTP Nº 672 DE 08/11/2021 - Disciplina os procedimentos, programas e condições de segurança e saúde no trabalho e dá outras providências, e suas atualizações posteriores.
- 2.8.9. Portaria SEPRT n.º 6.734, de 10 de março de 2020 - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.
- 2.8.10. Portaria SEPRT 6.730 de 09 de março de 2020 - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.
- 2.8.11. Portaria SEPRT nº 6.735, de 10 de março de 2020 - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 09 - Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos.
- 2.8.12. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- 2.8.13. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- 2.8.14. Instrução Normativa nº 170/2024 – Alterações Previdenciárias do PPP e exposição ao Ruído, que introduziu diversas alterações na Instrução Normativa nº 128/2023, ambas responsáveis por regulamentar vários aspectos do direito previdenciário.
- 2.8.15. Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022 - Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.
- 2.8.16. Portaria Conjunta RFB / MPS / MTE nº 13, de 25 de junho de 2024 - Aprova a versão S-1.3 do leiaute e do Manual de Orientação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial.
- 2.8.17. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) – Versa sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- 2.8.18. Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015 - Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- 2.8.19. Resolução CONTRAN nº 923, de 28 de março de 2022 - Dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015.
- 2.8.20. Resolução do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Confea), nº 359 de 31 de julho de 1991 - Dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho e dá outras providências.
- 2.8.21. Resolução Confea nº 437 de 27 de novembro de 1999 – Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa às atividades dos Engenheiros e Arquitetos, especialistas em Engenharia de Segurança do Trabalho e dá outras providências.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

[WWW.CRQSP.ORG.BR](http://WWW.CRQSP.ORG.BR)

2.8.22. Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR nº 162 de 24 de maio de 2018 - Dispõe sobre o registro do título complementar e o exercício das atividades do arquiteto e urbanista com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e dá outras providências.

2.8.23. Demais normas da legislação aplicável para o devido cumprimento das condições estabelecidas a esta contratação.

**3. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução**

Inciso III, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

**3.1. Levantamento de mercado**

3.1.1. A fim de encontrar a melhor solução, foi realizada a análise do mercado atual e contratações realizadas por outros órgãos da administração pública.

- a) Pregão eletrônico nº 23/2019, do **Conselho Regional de Química IV Região**. Objeto: Contratação prestação de serviços de assessoria em medicina do trabalho para o Conselho Regional de Química – IV Região. Consulta em: <https://crq-sp.implanta.net.br/portaltransparencia/iframes/#publico/Conteudos?id=e7618468-33d6-44ea-af0a-82c31beb8773>
- b) Pregão eletrônico nº 08/2020, Proc. Adm. nº 92/2020 do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR**. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Medicina e Segurança do Trabalho a fim de elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Curso da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), bem como realizar os Exames Ocupacionais (ASO), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Consulta em: <https://transparencia.caubr.gov.br/licitacoes/>
- c) Pregão eletrônico nº 11/2022, Proc. Adm. nº 94/2020 do **Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná**. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar, atualizar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; Elaborar, atualizar e acompanhar o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR/Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO; Elaborar, atualizar e acompanhar o Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT; Elaborar e/ou atualizar o PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário; Elaborar, atualizar e prestar assistência técnica ao desenvolvimento da Análise Ergonômica do Trabalho - AET; Prestar Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho; Realizar a Gestão de SST - Saúde e Segurança do Trabalho para o eSocial (emitir e enviar os arquivos referentes SST para plataforma do eSocial). Consulta em: <https://www.crmpr.org.br/112022--Pregao-Eletronico-26359-57889.shtml>

**4. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso**

Inciso IV, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

**4.1. Das Definições**

**Acidente Pessoal:** evento involuntário, com data caracterizada exclusivo e diretamente externo, não planejado, que pode ser apontado como causador de lesão física e que tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente, total ou parcial.

**ACGIH:** É a sigla da American Conference of Governmental Industrial Hygienists ou Conferência Americana de Higienistas Industriais Governamentais. Trata-se de uma associação privada de





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

[WWW.CRQSP.ORG.BR](http://WWW.CRQSP.ORG.BR)

profissionais de higiene ocupacional e outros relacionados, sediada nos Estados Unidos da América.

**AET:** Análise Ergonômica do Trabalho

**ASO:** Atestado de Saúde Ocupacional

**CAT:** Comunicação de Acidente de Trabalho - serviço para comunicar um acidente de trabalho ou de trajeto, bem como uma doença ocupacional. O documento pode ser usado em outros órgãos além do INSS.

**CAU:** Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

**CFM:** Conselho Federal de Medicina

**CIPA:** Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio

**CONTRAN:** Conselho Nacional de Trânsito

**CREA:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo

**CRM:** Conselho Regional de Medicina

**DIVISA:** Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental

**DRT:** Delegacia Regional do Trabalho

**eSOCIAL:** O eSocial é uma plataforma que foi criada pelo Governo Federal, e serve para facilitar e minimizar a burocracia das empresas ao reportarem informações sobre seus funcionários.

**INMETRO:** Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

**INSS:** Instituto Nacional do Seguro Social - Instituição pública, criada para atender as necessidades sociais e previdenciárias de seus contribuintes (trabalhadores (as)).

**LTCAT:** Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho

**LTIP:** Laudo técnico de insalubridade e periculosidade

**MTE:** Ministério do Trabalho e Emprego

**MPT:** Ministério Público do Trabalho

**NHO:** Norma de Higiene Ocupacional

**NIOSH:** (Instituto Nacional de Segurança e Saúde Ocupacional) é a agência federal dos EUA responsável pela realização de pesquisas e produção de recomendações para a prevenção de lesões e doenças relacionada com o trabalho.

**NR:** Norma Regulamentadora

**PCMSO:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

**PGR:** Programa de Gerenciamento de Riscos

**PPP:** Perfil Profissiográfico Previdenciário

**PPRE:** Programa de prevenção de riscos ergonômicos

**RFB:** Receita Federal do Brasil

**SEP:** Segurança no Sistema Elétrico de Potência

**SESMT:** Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho

**SRT:** Secretaria de Relações do Trabalho

**SST:** Saúde e Segurança do Trabalho

#### **4.2. Objeto da Contratação**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo assim o fiel cumprimento dos direitos e deveres por intermédio de soluções adequadas para os empregados e a Administração.

#### **4.3. Requisitos da Contratação**

- 4.3.1. Prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho por empresa especializada na área, a fim de elaborar, atualizar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Elaborar o Laudo técnico de insalubridade e periculosidade- LTIP; Elaborar, atualizar e acompanhar o Programa de Gerenciamento



de Riscos – PGR/Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO; Elaborar e atualizar o Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT; Elaborar o Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP; Elaborar, atualizar e prestar assistência técnica ao desenvolvimento da Análise Ergonômica do Trabalho - AET; Prestar Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho; Realizar a Gestão de SST - Saúde e Segurança do Trabalho para o eSocial (emitir e enviar os arquivos referentes SST para plataforma do eSocial).

- 4.3.2. A prestação de serviços deverá atender a todos os colaboradores do CRQ-IV/SP, lotados no edifício sede, bem como nas regiões mencionadas em tópico específico no presente estudo.
- 4.3.3. Os serviços deverão ser elaborados e executados em conformidade com a legislação vigente, incluindo as obrigações a serem enviadas para o eSocial e, por profissionais capacitados e legalmente habilitados, visando assim, cumprir a legislação pertinente, bem como garantir a qualidade e idoneidade dos serviços prestados.
- 4.3.4. Prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme segue:
  - 4.3.4.1. PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional: elaborar, coordenar e executar nos termos da Norma Regulamentadora nº 07, do Ministério do Trabalho e Emprego;
  - 4.3.4.2. PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos | GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais: elaborar, coordenar e executar programas nos termos da Norma Regulamentadora nº 01 do Ministério do Trabalho e Emprego;
  - 4.3.4.3. Exames Médicos Ocupacionais: realizar exames médicos admissionais, demissionais, periódicos, avaliações clínicas e emitir ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), nos termos da Norma Regulamentadora nº 07 (NR 7), Ministério do Trabalho e Emprego;
  - 4.3.4.4. LTCAT - Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho: elaborar, atualizar e acompanhar nos termos da Norma Regulamentadora nº 15 (NR 15), Ministério do Trabalho e Emprego;
  - 4.3.4.5. P.P.R.E - Programa de prevenção de riscos ergonômicos: elaborar e implementar para todos os colaboradores, conforme premissas definidas pelo Ministério do Trabalho através da Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17) da Portaria MTE nº 3.214 de 1978.
  - 4.3.4.6. PPP – Elaborar Perfil Profissiográfico Previdenciário.
  - 4.3.4.7. AET - Análise Ergonômica do Trabalho: elaborar, atualizar e prestar assistência técnica ao desenvolvimento da AET.
  - 4.3.4.8. Serviços de Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho: assessorar a Gerência Estratégica de Pessoas nas questões que envolvam Saúde e Segurança do Trabalho, emitindo orientações e pareceres.
  - 4.3.4.9. Gestão SST - Saúde e Segurança do Trabalho no eSocial: assessorar, emitir e enviar os arquivos referentes SST para a plataforma do eSocial.
  - 4.3.4.10. Informações de dados dos Eventos e Tabelas de SST (saúde e segurança do trabalho) para o eSocial relacionados à NR-9;
  - 4.3.4.11. Responsabilidade Técnica junto ao eSocial e aos órgãos fiscalizadores e normatizadores (SRT, DIVISA, INSS, CRM e MPT);





- 4.3.4.12. Validação de atestado médico: realizar avaliação do empregado e do atestado apresentado, com o fito de apreciar a relação existente entre a doença apresentada e a quantidade de dias concedidos.
- 4.3.4.13. Realização de Exame Toxicológico de Motorista para detecção do consumo de substâncias psicoativas, a ser realizado e avaliado em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo CONTRAN, em especial a Resolução Contran nº 923/2022, ou norma posterior que a venha substituir.
- 4.3.4.14. Os exames toxicológicos não devem:
- constar de atestados de saúde ocupacional; e
  - estar vinculado à definição de aptidão do trabalhador para admissão ou demissão.
- 4.3.4.15. Curso on-line com Certificado para 4 (quatro) membros da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio do CRQ-IV/SP, referente ao cumprimento dos Itens 5.6.4 E 5.32 da Norma Regulamentadora - NR-05, conforme Portaria 3214/78 e Lei 6514/77, e atualizações posteriores.
- 4.3.4.16. Treinamento específico para os responsáveis pela manutenção predial do CRQ-IV/SP, referente às Normas Regulamentadoras, que poderá ser no formato presencial ou on-line, com certificado, em cumprimento das exigências do Ministério do Trabalho. Atualmente o quadro é composto por 4 (quatro) colaboradores.

NR-06 (Treinamento e conscientização sobre o uso de EPI'S)
NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade)
NR-10 Complementar - Segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP)
NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade)
NR-12 (Treinamento de segurança na operação de máquinas e equipamentos)
NR-18 (Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção)
NR-35 (Trabalho em altura)

*Tabela<sup>1</sup> - treinamento referente as normas regulamentadoras*

- 4.3.4.17. Treinamento específico para os agentes fiscais referente à Norma Regulamentadora, que poderá ser no formato presencial ou on-line, com certificado, em cumprimento das exigências do Ministério do Trabalho. Atualmente o quadro é composto por aproximadamente 27 (vinte e sete) colaboradores.

NR-06 (Treinamento e conscientização sobre o uso de EPI'S)
--

- 4.3.4.18. PCD - Pessoa com Deficiência: elaborar laudo médico para pessoas que assim são definidas pela Lei nº 13.146/2015 e se enquadram nas categorias elencadas no Art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, especialmente para efeito de verificação de condição declarada em concurso público/processo seletivo.
- 4.3.4.19. Elaboração de Laudo Médico: para eventual contestação de emissão de CAT ou outras hipóteses correlacionadas à comprovação ou não de Doença Ocupacional.



4.3.4.20. Disponibilizar software de gestão de saúde ocupacional integrado ao sistema do Governo eSocial.

#### 4.4. Da Solução:

##### 4.4.1. Programa De Controle Médico De Saúde Ocupacional – PCMSO:

4.4.1.1. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO preconizado pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – NR 07, objetiva a promoção e a preservação da saúde do conjunto dos colaboradores, alocados na Sede e no Interior do Estado de São Paulo. O PCMSO detecta incidências de patologias entre a população de trabalhadores, fornecendo os elementos para o estudo da correlação entre este adoecimento e as condições de trabalho, os processos das relações de trabalho existentes. Quando detectados indicativos da existência desses problemas, são desenvolvidas estratégias de ação e prevenção. O referido programa tem como finalidades promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

4.4.2. PCMSO inclui, entre outros, a realização obrigatória dos seguintes procedimentos médicos:

4.4.2.1. Exames admissionais, compreendendo: história clínica e ocupacional, exame físico geral, exames complementares;

4.4.2.2. Exames periódicos, compreendendo: história clínica ocupacional, exame físico geral, exames complementares;

4.4.2.3. Exames demissionais;

4.4.2.4. Avaliação de retorno ao trabalho;

4.4.2.5. Avaliação para mudança de função;

4.4.2.6. Avaliação clínica;

4.4.2.7. Emissão de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO;

4.4.2.8. Homologação de Atestados Médicos;

4.4.2.9. Avaliação Médica para encaminhamento à Perícia Médica do INSS.

4.4.2.10. Gestão de SST - Saúde e Segurança do Trabalho para o eSocial.

4.4.3. Quando solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar os exames periódicos na Sede do CONTRATANTE.

4.4.3.1. Esta condição não é aplicável para as cidades do Interior de São Paulo, devendo os exames serem realizados nos endereços da CONTRATADA ou de suas credenciadas.

4.4.4. Os exames especificados no subitem 4.4.2 compreendem a avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico mental, realizados de acordo com os termos especificados pela NR 07 e seus anexos.

4.4.5. Os exames de que trata o subitem 4.4.2 implicam na emissão e fornecimento do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), além da emissão e manutenção de relatórios estatísticos e arquivamento de exames e prontuários médicos.

4.4.6. A CONTRATADA deverá estruturar o PCMSO mediante implementação das seguintes etapas:



- 4.4.6.1. Planejar e coordenar o cronograma anual de realização dos exames ocupacionais;
- 4.4.6.2. Realizar eventos relativos a campanhas institucionais de prevenção, tais como: tabagismo, obesidade, alcoolismo, hipertensão, diabetes, doenças sexualmente transmissíveis, câncer de próstata e câncer de mama;
- 4.4.6.3. Emitir relatórios gerenciais, apresentados mensalmente e/ou quando solicitados, constando: nome do empregado ou do comissionado, cargo, função, idade, data dos exames ocupacionais realizados, data do próximo exame periódico;
- 4.4.6.4. Emitir relatórios semestrais do Perfil de Saúde, constando os diagnósticos e avaliação dos dados epidemiológicos, bem como medidas corretivas e preventivas necessárias à sua eliminação ou correção, devendo ser identificados grupos de obesidade, tabagismo, alcoolismo, hipertensão e diabetes, com o objetivo de elaboração do programa de Educação em Saúde;
- 4.4.6.5. Emitir relatório mensal de controle dos vencimentos dos exames médicos;
- 4.4.6.6. Registro e manutenção dos resultados dos exames ocupacionais;
- 4.4.6.7. Emitir Atestado de Saúde Ocupacional – ASO;
- 4.4.6.8. Emitir relatórios mensais de controle dos afastamentos mensais;
- 4.4.6.9. Apresentar o relatório anual do PCMSO em até 30 dias antes do término de validade do documento;
- 4.4.7. Do rol mínimo de exames para todos os colaboradores do CRQ-IV/SP:
  - 4.4.7.1. Exame Médico Admissional: deverá ser realizado antes que o trabalhador assuma suas atividades;
  - 4.4.7.2. Exame Médico Periódico: de acordo com os seguintes intervalos mínimos de tempo:
    - a) A cada ano ou a intervalos menores, a critério médico: para colaboradores expostos a riscos ou a situações de trabalho que impliquem o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional, ou, ainda, para aqueles que sejam portadores de doenças crônicas, os exames deverão ser repetidos;
    - b) Exame Médico Demissional: deverá ser realizado quando o trabalhador for demitido. O exame médico demissional poderá ser concluído apenas com o exame clínico, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado em até 135 dias para aquelas atividades não insalubres ou não perigosas;
    - c) Exame Médico de Retorno ao Trabalho e Exame Médico de Mudança de Função: Entende-se por retorno ao trabalho quando o trabalhador retornar a sua ocupação após afastamento (por acidente, doença ou parto) em período igual ou superior a 30 (trinta) dias. Entende-se por mudança de função toda e qualquer alteração de atividade, posto de trabalho ou de setor que implique na exposição do trabalhador a risco diferente daquele a que estava exposto antes da mudança.



- 4.4.8. A CONTRATADA deverá designar um médico do trabalho para coordenar o PCMSO (NR-7), devendo possuir formação, devidamente especializado, e registro profissional em conformidade com o disposto na regulamentação da profissão e nos instrumentos normativos emitidos pelo respectivo conselho profissional, conforme disposto do item 4.3.3 da NR-4 e demais normativos que regem a matéria.
- 4.4.9. Os exames complementares que se fizerem necessários, bem como outros que o Médico do Trabalho indicar ser necessários, sempre com autorização do CONTRATANTE, tendo como base a tabela de preços definida pela Associação Médica Brasileira – AMB e pela tabela de filmes radiológicos definida pelo Colégio Brasileiro de Radiologia.
- 4.4.10. Ficará a cargo da CONTRATADA a responsabilidade técnica pelo PCMSO junto aos órgãos fiscalizadores, como por exemplo: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Saúde, INSS, Conselho Regional de Medicina, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho.
- 4.4.11. A CONTRATADA deverá elaborar, implantar, operacionalizar e dar manutenção ao Serviço de Segurança e Saúde Ocupacional, a saber:
- 4.4.11.1. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), atendendo à Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), constando as seguintes etapas:
- a) Elaborar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) de toda a Sede do CRQ-IV/SP, conhecendo os ambientes de trabalho e os riscos presentes, mediante visita técnica à Sede do CRQ-IV/SP para elaboração do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos). Indicar médico do trabalho coordenador pelo PCMSO;
  - b) Realizar exames médicos ocupacionais (admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional), constando de anamnese ocupacional, exame físico e orientação no que tange à realização dos exames complementares previsto no PCMSO.
- 4.4.12. A CONTRATADA deverá apresentar e discutir o PCMSO junto ao CONTRATANTE, incluindo a CIPA, conforme diretrizes da norma regulamentadora.
- 4.4.13. A CONTRATADA deverá fornecer e padronizar os impressos relativos ao PCMSO (ficha clínica, ASO – Atestado de Saúde Ocupacional, guia de encaminhamento).
- 4.4.14. A CONTRATADA deverá elaborar o RELATÓRIO ANUAL DO PCMSO, previsto nestas especificações, de acordo com os normativos previstos na NR-7, contendo a descrição completa das atividades desenvolvidas, durante o período contratual, com elaboração de quadro comparativo entre as ações de saúde proposta no planejamento anual e as ações efetivamente realizadas no período, além da elaboração do Quadro III.
- 4.4.15. **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR:**
- 4.4.15.1. O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR preconizado pela Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – NR 1 objetiva a preservação da saúde e da integridade dos colaboradores e ocupantes de cargos comissionados do CRQ-IV/SP, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.



- 4.4.15.2. Para a realização dos serviços de PGR a CONTRATADA deverá designar profissional para ser o responsável técnico, conforme item 18.4.2 da NR-18. O referido profissional deverá ser Engenheiro de Segurança do Trabalho - engenheiro ou arquiteto e urbanista, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação. O Engenheiro ou Arquiteto e Urbanista deverá estar devidamente registrado e habilitado perante os respectivos Conselhos de Fiscalização Profissional, devendo os documentos comprobatórios, elencados nesse item, serem apresentados antes da assinatura do contrato.
- 4.4.15.3. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), atendendo à Norma Regulamentadora nº 1 (NR 1), deverá conter, no mínimo, a seguintes etapas:
- a) Antecipação e reconhecimento dos riscos - Identificar e avaliar qualitativamente e quantitativamente os riscos ambientais existentes, através de Trabalho de campo, por técnicos, em todos os postos de trabalho do CRQ-IV/SP, protegendo o meio ambiente e os recursos naturais, bem como os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17.
  - b) Avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores - Avaliar os riscos a serem considerados no PGR que são: (agentes físicos, agentes químicos e biológicos), bem como, monitoramento e implantação de medidas de controle;
  - c) Elaborar o cronograma de Ação do PGR, onde serão definidos as metas, prioridades e cronograma, bem como suporte técnico na implementação e manutenção das medidas de controle;
  - d) Elaborar o relatório comparativo dos valores obtidos com os valores legais, contendo subsídios técnicos – científicos que permitam a integração com os resultados do PCMSO;
  - e) Elaborar o Documento Base – PGR - Registro e divulgação dos dados;
  - f) Revisão e atualização do PGR a cada 12 (doze) meses - A CONTRATADA irá elaborar o programa a partir da data de início do contrato, ficando esta data estabelecida para elaboração dos próximos;
  - g) Avaliação da eficácia dos EPC's e EPI's;
  - h) Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.
  - i) O PGR deverá ter como responsável o Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- 4.4.16. Ficar a cargo da CONTRATADA a responsabilidade técnica pelo PGR junto aos órgãos fiscalizadores, como por exemplo: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Saúde, INSS, Conselho Regional de Medicina, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho.
- 4.4.17. Os serviços referentes ao Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR deverão ser prestados pela CONTRATADA na Sede do CONTRATANTE, in loco.
- 4.4.18. A CONTRATADA deverá elaborar Relatório de Avaliação dos Resultados do PGR, previsto nestas especificações, de acordo com a norma regulamentadora.



- 4.4.19. Os serviços relativos ao Relatório de Avaliação dos Resultados do PGR deverão ser iniciados somente a partir da data de assinatura do contrato. A conclusão e a entrega do novo PGR ao CRQ-IV/SP deverão ocorrer, no máximo, até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, em arquivo eletrônico, devidamente assinada por Engenheiro de Segurança do Trabalho - engenheiro ou arquiteto portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação.
- 4.4.20. **Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP:**
- 4.4.20.1. Elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP - O PPP será preenchido pela CONTRATADA, com base nos dados administrativos, funcionais, técnicos e médicos do trabalhador e preconizado pelos normativos vigentes. O PPP deverá ser desenvolvido e atualizado constantemente;
- 4.4.20.2. A emissão do PPP atualizado poderá ser solicitada a qualquer momento em casos específicos como afastamentos, demissões, processos trabalhistas e outros;
- 4.4.20.3. Acompanhamento e análise de todos os casos de afastamento por doença ocupacional e acidente de trabalho;
- 4.4.20.4. Providenciar a atualização dos programas com vigência anual (PCMSO, PGR, Laudo Ergonômico e PPP), de forma a garantir o cumprimento da legislação pertinente.
- 4.4.21. **Do Laudo Médico (PCD):**
- 4.4.21.1. A CONTRATADA deverá elaborar Laudo Médico para Pessoas com Deficiência, sempre que solicitado pelo CRQ-IV/SP, dos candidatos que se declararem pessoas com deficiência e classificados no Processo Seletivo/Concurso Público, se caso convocados para a realização dos procedimentos pré-admissionais, deverão submeter-se à perícia médica, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do emprego, nos termos do Art. 43 do Decreto Federal nº 3.298/1999 e com as alterações dadas pelo Decreto nº 5.296/2004.
- 4.4.21.2. A perícia médica terá decisão terminativa sobre a qualificação e aptidão do candidato, observada a compatibilidade da deficiência da qual é portador com as atribuições do emprego.
- 4.4.21.3. O laudo deverá especificar o tipo de deficiência, com o código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), e ter autorização expressa do empregado para tornar pública a sua condição.
- 4.4.22. **Elaboração de Laudo Médico:**
- 4.4.22.1. A CONTRATADA deverá elaborar Laudo Médico, sempre que solicitado pelo CRQ-IV/SP, para fins específicos de contestação de emissão de CAT ou em qualquer outra hipótese correlacionadas à comprovação ou não de doença ocupacional.
- 4.4.23. **Elaboração do Laudo de Insalubridade e Laudo de Periculosidade - LTIP:**
- 4.4.23.1. Laudo realizado por engenheiro de segurança do trabalho que deverá realizar análise quantitativa de ruído contínuo, ruído de impacto, por





Dosimetria, apresentando os aparelhos que utilizará, os quais obrigatoriamente deverão ser especificados pelas normas técnicas e serão utilizadas as seguintes metodologias para quantificação dos agentes:

- 4.4.23.2. Ruido: coleta de amostras por dosimetria, interpretação e caracterização dos resultados com base nos procedimentos técnicos estabelecidos pela NHO 01 da FUNDACENTRO e anexo IV do Decreto 3048/99 e suas atualizações.
- 4.4.23.3. Sobrecarga Térmica: coleta das amostras pela análise das condições de temperatura e regime de trabalho da suposta hora mais desfavorável, interpretação e caracterização dos resultados, com base nos procedimentos técnicos estabelecidos pela NHO 06 da FUNDACENTRO e pelo anexo 3 da NR 15 da Portaria 3214/78 e anexo IV do Decreto 3048/99 e suas atualizações.
- 4.4.23.4. Umidade: O reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de visita técnica às instalações, com análise dos métodos de trabalho, de entrevistas com ao menos um colaborador de cada função, e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações de insalubridade/MTB e sobre a aposentadoria especial/INSS).
- 4.4.23.5. Estrutura e Equipamentos: a contratada deverá ter equipamentos adequados devidamente calibrados em laboratório aferido pelo INMETRO.
- 4.4.23.6. Agentes biológicos: o reconhecimento dos riscos deverá ser efetuado através de pesquisa bibliográfica prévia, de visita às instalações, de análise dos processos de produção e métodos de trabalho, de entrevistas com ao menos um colaborador de cada função, e a interpretação dos resultados deverá ser feita de acordo com critérios da ACGIH (informações para o PPRA) e da Legislação Brasileira – NR 15 (informações com reflexos sobre os adicionais de insalubridade/MTB e sobre a aposentadoria especial/INSS). Laudo técnico de periculosidade por inflamáveis conforme anexo 02 da NR 16 da Portaria 3214/78.
- 4.4.23.7. O laudo deverá ser assinado por engenheiro de segurança do trabalho com emissão de ART.
- 4.4.24. **Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT:**
  - 4.4.24.1. Emitir LTCAT de acordo com a Instrução Normativa INSS/PRES nº 128 de 28 de março de 2022, e suas alterações, através de visita técnica à sede do CONTRATANTE, in loco.
  - 4.4.24.2. O LTCAT deverá ser assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, com o respectivo número da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.
  - 4.4.24.3. O LTCAT e as demonstrações ambientais deverão embasar o preenchimento de formulários específicos para reconhecimento de períodos laborados em condições especiais.
- 4.4.25. **Software de Gestão de Saúde Ocupacional:**
  - 4.4.25.1. A CONTRATADA deverá possuir software de gestão da Saúde Ocupacional, parametrizado e alimentado com informações do quadro de pessoal do

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

[WWW.CRQSP.ORG.BR](http://WWW.CRQSP.ORG.BR)

CONTRATANTE, que atenda todos os requisitos e obrigações legais, incluindo informações para o eSocial;

4.4.25.2. Permitir que a emissão de guia de encaminhamento para exames seja feita pelo CONTRATANTE através de fornecimento de login e senha de acesso ao website ou por correio eletrônico (e-mail), de forma a agilizar o processo.

4.4.25.3. Disponibilizar sistema informatizado para o gerenciamento das informações pertinentes aos serviços contratado.

4.4.25.4. A Gerência Estratégica de Pessoas do CRQ-IV/SP deverá possuir, a qualquer tempo, livre acesso às informações e relatórios estatísticos do sistema informatizado de controle dos serviços efetuados pela empresa contratada.

**4.5. Do Quantitativo de Pessoal e Locais de Atendimento**

4.5.1. O CRQ-IV/SP possui quadro atual 143 colaboradores, sendo 127 empregados, 12 estagiários e 04 jovens aprendizes, tendo como referência 31 de julho de 2024, distribuídos da seguinte forma:

4.5.1.1. 108 empregados na cidade de São Paulo;

4.5.1.2. 19 empregados lotados nas cidades de: Araçatuba, Bauru, Campinas, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São Jose dos Campos e Sorocaba.

4.5.1.3. 04 jovens aprendizes na cidade de São Paulo;

4.5.1.4. 12 estagiários na cidade de São Paulo.

4.5.2. Quadro estimativo (Empregado) por sexo e faixa etária:

Nº de Empregados (127)	Sexo	Faixa Etária (Idade)									
		Menos de 18	19 a 23	24 a 28	29 a 33	34 a 38	39 a 43	44 a 48	49 a 53	54 a 58	Acima de 59
62	Feminino	0	0	2	4	8	9	14	16	3	6
65	Masculino	0	0	0	8	9	9	9	12	5	13

Tabela<sup>2</sup> quadro estimativo de empregados

4.5.3. Quadro estimativo (Jovem Aprendiz e Estagiário) por sexo e faixa etária:

Nº de Jovem Aprendiz e Estagiário	Sexo	Faixa Etária (Idade)									
		Menos de 18	19 a 23	24 a 28	29 a 33	34 a 38	39 a 43	44 a 48	49 a 53	54 a 58	Acima de 59
13	Feminino	2	2	6	3	0	0	0	0	0	0
3	Masculino	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela<sup>3</sup> quadro estimativo de jovem aprendiz e estagiário

4.5.4. O número de colaboradores supracitado é estimativo, podendo variar devido às admissões e demissões ao longo do período, e não deverá ser exigido ou considerado como fator para pagamento/cobrança de qualquer natureza.

4.5.5. A CONTRATADA deverá possuir endereços ou clínicas credenciadas para atendimento aos colaboradores do CONTRATANTE, devendo estes estarem localizados nos municípios citados no subitem 4.5.1., sendo que, na ausência de clínica própria, deverá indicar credenciados devidamente qualificados e que atendam as mesmas condições do edital.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

[WWW.CRQSP.ORG.BR](http://WWW.CRQSP.ORG.BR)

- 4.5.6. Não serão aceitos credenciados em cidades próximas, apenas nos municípios citados no subitem 4.5.1.
- 4.5.7. A fim de facilitar a logística, fica estabelecido que uma vez ao ano os exames periódicos serão realizados no endereço Sede do CONTRATANTE, local com o maior número de colaboradores.
- 4.5.8. Os serviços ora licitados deverão ser prestados ocasionalmente na Sede do CONTRATANTE, obrigatoriamente na Sede da CONTRATADA e nas Clínicas Credenciadas, ou em qualquer outra localidade, no Estado de São Paulo, na qual o CONTRATANTE venha estabelecer domicílio comercial durante a vigência do contrato de prestação de serviços.
- 4.5.9. Caso ocorra mudança de endereço de quaisquer cidades indicadas pelo CONTRATANTE, fica estipulado que a empresa contratada deverá proceder ao cumprimento de suas obrigações em novo local, devendo haver prévia comunicação do CONTRATANTE de no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias.

**4.6. Do Prazo de Execução e Entrega:**

- 4.6.1. Os serviços deverão ser entregues nos seguintes prazos:
  - 4.6.1.1. O LTCAT em 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;
  - 4.6.1.2. O PGR Elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, o PGR do CONTRATANTE em cumprimento da norma regulamentadora, observando as atividades e os riscos a que estão expostos seus colaboradores;
  - 4.6.1.3. O Relatório Anual e Relatório do PCMSO deverão ser concluídos e entregues ao CONTRATANTE, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, em arquivo eletrônico, devidamente assinado pelo Médico responsável;
  - 4.6.1.4. O LTIP deverá ser concluído e entregue em no máximo 60 (sessenta) dias, mediante solicitação do CONTRATANTE;
  - 4.6.1.5. Os exames médicos e consultas indicadas pelo PCMSO deverão ser agendados e executados imediatamente após a assinatura do contrato.
  - 4.6.1.6. O PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário deverá ser concluído e entregue em no máximo 15 (quinze) dias, mediante solicitação do CONTRATANTE.
  - 4.6.1.7. O PPRE - Programa de Prevenção de Riscos Ergonômicos – NR 17 deverá ser concluído e entregue em no máximo 30 (trinta) dias, mediante solicitação do CONTRATANTE.

**4.7. Forma de Pagamento:**

- 4.7.1. Para o PCMSO o pagamento será efetuado de forma mensal (per capita), em 12 (doze) parcelas mensais, conforme a vigência do contrato, da seguinte forma: nº de colaboradores X custo unitário do PCMSO (Exemplo: 143 X R\$ 1,00 = R\$ 143,00).
- 4.7.2. Em relação ao PPP, o pagamento será sob demanda, ou seja, por documento elaborado (quantitativo X custo unitário).
- 4.7.3. Os programas PGR e PPRE, serão de execução única, sendo o pagamento realizado pelo valor unitário.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

[WWW.CRQSP.ORG.BR](http://WWW.CRQSP.ORG.BR)

- 4.7.4. Os exames e laudos possuem quantidades estimadas e serão contratados sob demanda, a critério do CONTRATANTE, devendo o pagamento ser realizado pelo valor unitário/sob demanda. Para esses itens não haverá a obrigatoriedade de contratação.

O quantitativo e descrição estimada dos serviços seguem conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Forma de Pagamento
01	143	Unid.	Implantação e manutenção do PCMSO para os colaboradores	Mensal (per capita)
02	1	Unid.	Elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos	Valor Unitário
03	1	Unid	Elaboração do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário	Valor Unitário
04	1	Unid	Elaboração do PPRE – Programa de Prevenção de Riscos Ergonômicos	Valor Unitário
05	1	Unid	Elaboração e atualização do Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT	Valor Unitário
06	1	Unid	Análise Ergonômica do Trabalho - AET	Valor unitário/Sob demanda
07	3	Unid	Laudo Médico PCD	Valor unitário/Sob demanda
08	9	Unid	Exame Complementar - Audiometria	Valor unitário/Sob demanda
09	4	Unid	Exame Complementar - Eletrocardiograma	Valor unitário/Sob demanda
10	4	Unid	Exame Complementar - Eletroencefalograma	Valor unitário/Sob demanda
11	4	Unid	Exame Complementar - Avaliação visual	Valor unitário/Sob demanda
12	1	Unid	Exame Complementar - Avaliação psicológica	Valor unitário/Sob demanda
13	4	Unid	Exame Complementar- Glicose	Valor unitário/Sob demanda
14	4	Unid	Exame Complementar - Hemograma Completo/Plaquetas	Valor unitário/Sob demanda
15	1	Unid	Exame Toxicológico de Motorista	Valor unitário/Sob demanda
16	4	Part.	Curso de CIPA (execução única)	Valor unitário por participante/Sob demanda
17			Treinamento específico referentes às:	
17.1	31	Unid	NR-06	Valor unitário/Sob demanda
17.2	4	Unid	NR-10	Valor unitário/Sob demanda
17.3	4	Unid	NR-12	Valor unitário/Sob demanda



17.4	4	Unid	NR-18	Valor unitário/Sob demanda
17.5	4	Unid	NR-35	Valor unitário/Sob demanda
18	2	Unid	Palestras sobre temas relacionados a ergonomia, saúde e segurança no trabalho, com carga horária mínima de 2 horas	Valor unitário/Sob demanda

*Tabela<sup>4</sup> quadro estimativo dos serviços a serem contratados - Base julho/2024*

CATSERV – Código 8818 – Medicina Trabalho – Perícia Serviço Médico / Engenharia.

- 4.7.5. Os números informados na tabela acima são estimativos, que podem ser alterados na forma mensal (PCMSO) e/ou sob demanda em relação aos demais itens.
- 4.7.6. O atendimento médico do trabalho deverá ser efetuado para todos os colaboradores do CRQ-IV/SP, lotados na Sede e cidades constantes do subitem 4.5.1.2., sendo considerado também, como forma de atendimento, o deslocamento anual do médico até a sede do CONTRATANTE, e atendimento dos credenciados estabelecidos nos respectivos municípios, sem nenhum custo adicional, além do valor devido mensal.
- 4.7.7. Caso a contratada não apresente local credenciado para atendimento em todas as localidades conforme consta no subitem 4.5.1.2., ou ocorra o descredenciamento de algumas das unidades para a realização de exames ocupacionais, os exames previstos deverão ser realizados in loco, sem custo adicional, além do valor devido mensal.
- 4.7.8. **Outros Serviços Compreendidos no objeto da presente licitação:**
- 4.7.8.1. Prestar consultorias técnicas sobre Segurança e Saúde Ocupacional, avaliações médico ocupacionais, orientação técnica com indicação de ações corretivas, realizando os exames ocupacionais previstos na NR-7.
- 4.7.8.2. Emitir e atualizar prontuário médico físico e informatizado para cada colaborador do CRQ-IV/SP, que deverá ficar sob a responsabilidade da CONTRATADA e à disposição dos órgãos fiscalizadores e da Gerência Estratégica de Pessoas do CRQ-IV/SP.
- 4.7.8.3. Proceder à realização de exames complementares previstos na Legislação e/ou determinados pelo Médico responsável do PCMSO. Estes exames deverão ser realizados por clínica e/ou laboratório especializado sob a responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.7.8.4. Programa de Ergonomia: análise ergonômica e laudo ergonômico e ações de prevenção e correção.
- 4.7.8.5. Promover 02 (duas) palestras ao ano sobre temas relacionados a ergonomia, saúde e segurança no trabalho, com carga horária mínima de 2 horas. A CONTRATADA disponibilizará o profissional especializado no assunto para ministrar a palestra para todos os colaboradores do CRQ-IV/SP, que poderá ser de forma remota (on-line) ou presencial no endereço sede do CONTRATANTE.

#### 4.8. Subcontratação

- 4.8.1 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, a qual consiste nos serviços previstos nos itens 1 a 7;



4.8.2 Poderão ser subcontratadas as parcelas exclusivas à realização de exames médicos e laboratoriais ocupacionais, itens 8 a 18, que poderão ser realizados por clínicas próprias da contratada ou por clínicas e/ou por médicos credenciados junto à contratada e devidamente qualificados tecnicamente na forma deste instrumento, sendo de responsabilidade integral e exclusiva da contratada a centralização da administração e cobrança dos exames e consultas, incluindo a coleta, organização e guarda dos respectivos documentos comprobatórios;

4.8.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado.

4.8.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.8.6 Todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços, tais como: mão-de- obra, taxas, transporte, estadias e refeições de pessoal, ferramental e equipamentos (incluindo sua guarda), leis e encargos sociais etc., serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

#### **4.9. Das Obrigações da Contratada:**

4.9.1. Em cumprimento de suas obrigações, caberá à CONTRATADA obedecer de forma rigorosa a toda legislação aplicável à execução dos serviços ora contratados, independentemente de transcrição.

4.9.2. Além das obrigações legais, a CONTRATADA deverá, ainda:

4.9.2.1. Realizar avaliação 'in loco' no endereço Sede do CONTRATANTE das atividades e processos de trabalho da empresa, bem como do programa de gerenciamento de riscos, para definições das ações a serem implementadas;

4.9.2.2. Realizar todos os serviços ora licitados na sede da CONTRATADA, conforme endereço que será fornecido, bem como nos municípios indicados no subitem 4.5.1.2., ou em qualquer outro município dentro do Estado de São Paulo, no qual o CONTRATANTE venha indicar durante a vigência do contrato de prestação de serviços;

4.9.2.3. Havendo a necessidade de inclusão de um novo posto credenciado, em municípios não listados na presente contratação, a CONTRATADA terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para a adoção das providências cabíveis.

4.9.2.4. O acompanhamento do PGR e responsabilidade técnica pela elaboração, será por profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho e implementado sob responsabilidade da organização;

4.9.2.5. As visitas técnicas de acompanhamento do PGR deverão ser realizadas, no mínimo anualmente, ou conforme a necessidade do CONTRATANTE com apresentação posterior de relatório;





- 4.9.2.6. A listagem com a rede credenciada deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, considerando que o término da vigência do contrato atual ocorrerá em 14/10/2024, e que esta contratação possui natureza continuada.
- 4.9.2.7. Dispor dos profissionais necessários e qualificados para a execução dos serviços descritos, devendo ser substituídos no caso de possíveis ausências;
- 4.9.2.8. Manter o CONTRATANTE informado dos resultados das ações realizadas através de relatórios que incluirão, quando necessário, recomendações preventivas;
- 4.9.2.9. Realizar inspeções anuais de segurança do trabalho com avaliação dos índices de riscos ambientais ou quando solicitado pelo CONTRATANTE;
- 4.9.2.10. Realizar avaliação das atividades laborais, em relação aos riscos a que estão expostas;
- 4.9.2.11. Responsabilizar-se tecnicamente junto aos órgãos fiscalizadores;
- 4.9.2.12. Prestar assessoria ao CONTRATANTE sobre Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 4.9.2.13. Manter a guarda dos prontuários médicos e exames pelo prazo de 20 (vinte) anos, se em papel, caso não sejam arquivados eletronicamente em meio óptico, microfilmado ou digitalizado, tal como disciplinado na Resolução CFM nº 1.821/2007 ou outra que venha a substituí-la;
- 4.9.2.14. Realizar análise do mapa de risco elaborado pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;
- 4.9.2.15. Realizar análise ergonômica e laudo ergonômico com ações de prevenção e correção;
- 4.9.2.16. No caso de rescisão de contrato de prestação de serviços e/ou o caso de encerramento das atividades, os registros referidos nos itens anteriores deverão ser repassados por meio da transição contratual ao CONTRATANTE ou a quem este vier indicar;
- 4.9.2.17. Prestar os serviços ora licitados, conforme especificado, sempre da melhor qualidade, bem como, solucionar qualquer falha que ocorra;
- 4.9.2.18. Cumprir as condições e prazos dispostos da presente contratação;
- 4.9.2.19. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados;
- 4.9.2.20. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços;
- 4.9.2.21. Designar um profissional (preposto), quando da assinatura do contrato, que seja responsável e habilitado para representá-la durante o período de vigência para prestar todo o tipo de esclarecimento, participar de reuniões, dar assistência ao CONTRATANTE, receber reclamações e solucionar todas as deficiências apontadas, além de autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento dos serviços;
- 4.9.2.22. Disponibilizar, no momento da assinatura do contrato, e-mail (correio eletrônico) e telefone de contato, devendo os serviços serem prestados, no



mínimo, de segunda a sexta-feira, em horário comercial (08h00 às 17h00 ou das 09h00 às 18:00);

- 4.9.2.23. Manter a rede própria ou credenciada atualizada e sempre que ocorrer descredenciamento ou extinção, será obrigatória a reposição do atendimento dentro daquela região no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a fim de preservar o direito de atendimento e evitar prejuízos pela interrupção dos serviços.
- 4.9.2.24. Entregar/disponibilizar toda documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual no prazo de até 02 (dois) dias corridos do adimplemento da parcela, ou, ainda, disponibilizar acesso por meio do portal da CONTRATADA.
- 4.9.2.25. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação;
- 4.9.2.26. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições e emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato;
- 4.9.2.27. Prestar os esclarecimentos necessários, bem como comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou resultado dos serviços;
- 4.9.2.28. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para verificação e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados;
- 4.9.2.29. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- 4.9.2.30. Enviar todos os relatórios compreendidos da presente contratação ao CONTRATANTE, por meio da Gerência Estratégica de Pessoas.
- 4.9.2.31. Manter sigilo acerca de todos os dados e informações a que tiver acesso por ocasião da contratação. Só divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste estudo que envolvam o nome do CONTRATANTE mediante sua prévia e expressa autorização. Tratar todas as informações a que tenha acesso em função do presente contrato em caráter de estrita confidencialidade, agindo com diligência para evitar sua divulgação verbal ou escrita, ou permitir o acesso, seja por ação ou omissão, a qualquer terceiro. Manter por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos.
- 4.9.2.32. Em caso de serviços prestados inadequadamente ou fora das especificações do Edital, ou ainda, que não surtirem os resultados pretendidos com a contratação, a CONTRATADA deverá sanar os problemas nos prazos estabelecidos e de acordo com os normativos vigentes que regem a



prestação de serviços de engenharia de segurança e medicina do trabalho, a contar do recebimento de notificação do CONTRATANTE, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

#### **4.10. Das Obrigações do Contratante:**

4.10.1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação vigente, são obrigações do CONTRATANTE:

4.10.1.1. Convocar e coordenar reunião inicial, registrada em ata, com a participação da CONTRATADA (signatário e/ou preposto) e do gestor e fiscal do contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos, rotinas e particularidades da fase de implantação, e demais orientações sobre a execução contratual.

4.10.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços através de empregado especialmente designado, a fim de verificar se a prestação de serviços está sendo cumprida de forma satisfatória, em qualquer de suas fases, bem como o pleno atendimento aos normativos legais.

4.10.1.3. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao preposto da CONTRATADA e, se necessário, ao superior imediato, para que as falhas possam ser corrigidas em tempo hábil.

4.10.1.4. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização do contrato e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, para as respectivas correções;

4.10.1.5. Executar mensalmente a medição, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinares em contrato.

4.10.1.6. No prazo de até 03 (três) dias úteis, a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal do contrato deverá elaborar o termo de recebimento provisório, e encaminhá-lo ao gestor do contrato para o recebimento definitivo;

4.10.1.7. No prazo de até 02 (dois) dias úteis, a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, da seguinte forma:

4.10.1.7.1. Emitir Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, com base no Termo de Recebimento Provisório, IMR e demais relatórios apresentados;

4.10.1.8. Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.10.1.9. Comunicar por escrito à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, mediante resultado do Instrumento de Medição de Resultado (IMR);



- 4.10.1.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.10.1.11. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste documento, assim como nos demais anexos constantes e que integram o processo licitatório.
- 4.10.1.12. Fornecer por escrito, podendo ser por meio eletrônico ou até mesmo por aplicativo de comunicação instantânea, as informações necessárias para o desenvolvimento e/ou correções dos serviços objeto do contrato.
- 4.10.1.13. Promover as diligências necessárias de forma a acompanhar a execução do contrato;
- 4.10.1.14. Notificar à Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 4.10.1.15. Tomar a decisão final em todos e quaisquer assuntos relativos ao objeto contratado, levando-se em conta a experiência, opiniões e sugestões da CONTRATADA;
- 4.10.1.16. Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na contratação.
- 4.10.1.17. Cientificar a autoridade competente para adoção das medidas sancionatórias quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 4.10.1.18. Emitir e arquivar os termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço, notificações expedidas e quaisquer documentos gerados relacionados à contratação.
- 4.10.2. O CONTRATANTE se reserva do direito de solicitar a qualquer momento a substituição do funcionário preposto da CONTRATADA.
- 4.10.3. É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato.
- 4.10.4. A Gerência Estratégica de Pessoas será responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços, comunicando à autoridade superior às situações que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo das penalidades que se mostrarem cabíveis.
- 4.10.5. A atuação do CONTRATANTE na fiscalização dos serviços objeto de contratação, não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **4.11. Critério de Medição (IMR)**

- 4.11.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apenso I.



4.11.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

4.11.2.1. não produzir os resultados acordados,

4.11.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

4.11.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

4.11.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### **4.12. Do Pagamento**

4.12.1. O pagamento será realizado mensalmente pelo CONTRATANTE no mês subsequente à prestação de serviços, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da nota fiscal dos serviços, cuja emissão está condicionada ao termo de recebimento definitivo.

4.12.2. Para emissão da Nota Fiscal ou documento fiscal equivalente, a CONTRATADA deverá observar a legislação fiscal vigente e suas alterações posteriores, especialmente a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços, devendo fazer constar no campo próprio da nota fiscal ou documento fiscal equivalente, os percentuais e respectivos valores de descontos e retenções;

4.12.3. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.12.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.12.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei 14.133/2021.

4.12.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

4.12.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

#### **4.13. Disposições Gerais**

4.13.1. Prestar o assessoramento em questões que envolvam a Previdência ou Assistência Social, desde que se relacionem com os serviços objetos desta licitação, fornecendo o embasamento técnico, laudos, pareceres, acompanhando perícias oficiais,



elaborando quesitos e cooperando com a Gerência Jurídica do CONTRATANTE na defesa de seus interesses institucionais, não sendo devido pelo CONTRATANTE qualquer valor a título do exercício destas atividades, já que compõem a natureza do objeto licitado.

- 4.13.2. A fim de promover o fácil acesso dos colaboradores para a realização de exames, evitar deslocamentos desnecessários e a ausência dos empregados em suas atividades laborais, é essencial que a CONTRATADA esteja localizada em um raio de até **6 (seis) km** da sede do CONTRATANTE, e possua clínicas próprias e/ou credenciadas a uma distância de até **3 (três) km** do centro das seguintes cidades: Araçatuba, Bauru, Campinas, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São Jose dos Campos e Sorocaba.

4.13.2.1. O subitem acima estabelece critérios de escolha da contratada para a prestação de serviços de saúde ocupacional, com foco na acessibilidade dos colaboradores a exames médicos. A exigência de clínicas próximas às diversas cidades atendidas busca otimizar o processo, reduzindo custos e tempo de deslocamento.

4.13.2.2. A contratação de uma empresa com comprovada experiência em gestão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, capaz de atender às necessidades específicas do CRQ-IV/SP, é essencial para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

- 4.13.3. Os documentos necessários à gestão e fiscalização da execução contratual, a serem apresentados pela contratada, nos seguintes prazos:

4.13.3.1 Até a data de assinatura do contrato:

a) informação dos estabelecimentos próprios ou credenciados de clínicas responsáveis pela realização de avaliações clínicas e exames complementares, devendo, ainda, ser apresentadas as seguintes comprovações quanto aos estabelecimentos que realizarão os exames laboratoriais, quando couber:

- Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

- Comprovante de licenciamento sanitário;

- Prova de que a empresa credenciada e seu responsável técnico possuem inscrição ou registro válidos no Conselho Profissional competente (preferencialmente, conforme o caso, no Conselho Regional de Medicina, no Conselho Regional de Farmácia, no Conselho Regional de Biomedicina e/ou no Conselho Regional de Biologia), devendo ser apresentada Anotação ou Termo de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho Profissional competente;

b) indicação dos responsáveis técnicos e apresentação da comprovação do registro de sua responsabilidade técnica no Conselho Profissional competente, observado o disposto nos §§ 6º e 12 da Lei 14.133/2021.

**5. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala**

Inciso V, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA IV REGIÃO – SÃO PAULO

RUA OSCAR FREIRE, 2039 – PINHEIROS – 05409-011 – SÃO PAULO/SP

[WWW.CRQSP.ORG.BR](http://WWW.CRQSP.ORG.BR)**5.1. Das Quantidades estimadas:**

A proposta deverá ser estimada conforme os quantitativos de serviços abaixo, considerando que o número total de colaboradores (empregados, jovens aprendizes e estagiários) será mensalmente atualizado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Forma de Pagamento
01	143	Unid.	Implantação e manutenção do PCMSO para os colaboradores	Mensal (per capita)
02	1	Unid.	Elaboração do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos	Valor Unitário
03	1	Unid.	Elaboração do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário	Valor Unitário
04	1	Unid.	Elaboração do PPRE – Programa de Prevenção de Riscos Ergonômicos	Valor Unitário
05	1	Unid.	Elaboração e atualização do Laudo técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT	Valor Unitário
06	1	Unid.	Análise Ergonômica do Trabalho - AET	Valor unitário/Sob demanda
07	3	Unid.	Laudo Médico PCD	Valor unitário/Sob demanda
08	9	Unid.	Exame Complementar - Audiometria	Valor unitário/Sob demanda
09	4	Unid.	Exame Complementar Eletrocardiograma	Valor unitário/Sob demanda
10	4	Unid.	Exame Complementar Eletroencefalograma	Valor unitário/Sob demanda
11	4	Unid.	Exame Complementar - Avaliação visual	Valor unitário/Sob demanda
12	1	Unid.	Exame Complementar - Avaliação psicológica	Valor unitário/Sob demanda
13	4	Unid.	Exame Complementar- Glicose	Valor unitário/Sob demanda
14	4	Unid.	Exame Complementar - Hemograma Completo/Plaquetas	Valor unitário/Sob demanda
15	1	Unid.	Exame Toxicológico de Motorista	Valor unitário/Sob demanda
16	4	Part.	Curso de CIPA (execução única)	Valor unitário por participante/Sob demanda
17			Treinamento específico referentes às:	
17.1	31	Unid.	NR-06	Valor unitário/Sob demanda
17.2	4	Unid.	NR-10	Valor unitário/Sob demanda
17.3	4	Unid.	NR-12	Valor unitário/Sob demanda
17.4	4	Unid.	NR-18	Valor unitário/Sob demanda
17.5	4	Unid.	NR-35	Valor unitário/Sob demanda
18	2	Unid.	Palestras sobre temas relacionados a ergonomia, saúde e segurança no trabalho, com carga horária mínima de 2 horas	Valor unitário/Sob demanda



**6. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação**

Inciso VI, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 6.1 Para alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa. O custo estimado da desta contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

**7. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável**

Inciso VII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 7.1. O objeto não será parcelado, pois são serviços correlatos que devem ser elaborados e gerenciados de forma conjunta por uma única empresa.

**8. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Inciso VIII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 8.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes aos serviços objeto deste estudo.

**9. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumento de planejamento do órgão ou entidade**

Inciso IX, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- Elemento Despesa: 33.90.39.099 - Outros Serviços de Terceiros - P.J. - não especificados
- Planejamento Estratégico referente a Gestão 2018 a 2028
- Previsto no Plano Anual de Contratações – 2024 - Item 66

**10. Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis**

Inciso X, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 10.1. Dar continuidade aos serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, para cumprimento da legislação e assegurar a qualidade de vida dos colaboradores.

- 10.2. Objetivos Estratégicos (OE) do CRQ-IV/SP:

- **OE 11** - Adotar as melhores práticas de Governança e Gestão
- **OE 14** - Implementar políticas de valorização para manter o capital humano

- 10.3. O CRQ-IV/SP pretende realizar a melhor contratação possível em termos de economicidade, sendo mais vantajosa a proposta com o menor custo, atendendo os critérios estabelecidos.

A solução desejada permitirá assessoramento e orientação técnica ao CRQ-IV/SP, quanto às legislações pertinentes de Engenharia de Segurança e Medicina no Trabalho, bem como dar continuidade aos programas já implementados, elaborando e/ou atualizando, dentro dos respectivos prazos de vigência.

**11. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual**

Inciso XI, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 11.1. Não se vislumbra a necessidade de adequação do ambiente organizacional ou adaptações nas instalações do CRQ-IV/SP, bem como obtenção de licenças ou autorizações para a contratação de prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho. Todavia, a



CONTRATADA deverá dispor de instalações e recursos necessários para a devida prestação de serviços conforme disposto no presente estudo.

- 11.2. Considera-se a necessidade de capacitação de empregados para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

**12. Descrição dos possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável**

Inciso XII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 12.1. Para os serviços de natureza contínua de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, o presente estudo verificou que esta contratação atuará para a realização de análises, prevenção e correção de possíveis riscos ambientais, por meio da aplicação de técnicas adequadas que visem minimizar ou eliminar os impactos negativos sobre o meio ambiente e o desperdício de recursos naturais, tais como: água e energia elétrica.

**13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina**

Inciso XIII do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 13.1. Os estudos preliminares evidenciaram que se faz necessária a contratação da prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho para a continuidade dos serviços e cumprimento da legislação vigente.
- 13.2. Desta forma, concluímos ser viável e razoável a contratação objeto do presente estudo. Assim, considerando os pressupostos que fundamentam a demanda, daremos sequência com a elaboração do Termo de Referência, a fim de compor o Edital para contratação da solução aqui apresentada.

**14. Classificação quanto ao acesso à informação**

Artigo 13º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 14.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o presente estudo não se classifica como sigiloso.

São Paulo, 20 de janeiro de 2025.

**Equipe Técnica de Planejamento**

**Fabiana Albuquerque Chaves de Oliveira**  
Integrante Requisitante

**Elvira Fátima Pereira da Cruz Farath**  
Integrante Técnico

**Marta Marques Rocha Pereira**  
Integrante Requisitante

**Waldemir Menezes da Silva**  
Integrante Administrativo